



**Revista de Ciências Contábeis**  
**| RCiC-UFMT |**

homepage do periódico: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rcic>



O conhecimento do profissional contábil em relação às normas internacionais de contabilidade (IFRS) na cidade de Manhuaçu/MG<sup>1</sup>

Knowledge of accounting professional regarding international accounting standards (ifrs) in the city of manhuaçu/MG

Conocimiento de contabilidad profesional respecto normas internacionales de contabilidad (NIIF) en la ciudad de Manhuaçu/MG

*Denise Rosa Pereira*  
*Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu, Brasil*  
*faranamariano@gmail.com*

*Mônica de Oliveira Costa*  
*Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu, Brasil*  
*monicafacig@gmail.com*

*Farana de Oliveira Mariano*  
*Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu, Brasil*  
*faranamariano@yahoo.com.br*

*Fabricio Afonso de Souza*  
*Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu, Brasil*  
*fabriciofacig@gmail.com*

Histórico do artigo:  
Recepção: 27 Julho 2014  
Aprovação: 26 Agosto 2014  
Publicado: 15 Dezembro 2014

**RESUMO**

Como consequência do processo de internacionalização das normas contábeis no cenário brasileiro, a contabilidade passou a ocupar um papel de grande importância, tendo como protagonista o profissional contábil. É necessário que este profissional esteja preparado para acompanhar mais esta etapa do processo evolutivo contábil. Assim, a presente pesquisa teve como objetivo principal avaliar o grau de conhecimento do profissional contábil em relação às normas Internacionais de Contabilidade (*IFRS*) na cidade de Manhuaçu, Minas Gerais. Quanto à metodologia classifica-se do tipo descritiva, aplicada à técnica de levantamento de dados. A amostra deu-se por acessibilidade e sua abordagem caracteriza-se como quantitativa. As informações foram coletadas a partir da aplicação de questionário composto por 16 questões, utilizando a escala de *Likert* de três pontos onde os

<sup>1</sup> Artigo de investigação científica.

entrevistados puderam indicar um grau de concordância e discordância em relação às alternativas propostas. Após a análise dos dados concluiu-se que o profissional contábil de Manhuaçu necessita adquirir mais conhecimento em relação às mudanças advindas da Lei 11.638/07, tendo com resultado final que este profissional possui um grau mediano de conhecimento em relação às Normas Internacionais de Contabilidade.

**Palavras-chave:** Profissional Contábil; Lei 11.638/07; Normas Internacionais de Contabilidade.

## ABSTRACT

As a consequence of the internationalization of accounting standards in the Brazilian scenario, accounting has come to occupy a role of great importance, having as protagonist accounting professional. It is necessary that this professional be prepared to accompany this latest stage of the evolutionary process accounting. Thus, the present study aimed to assess the degree of knowledge of professional accounting in relation to International Financial Reporting Standards (IFRS) in the city of Manhuaçu, Minas Gerais. Regarding the methodology ranks descriptive, applied the technique of data collection. The sample was made by accessibility and its approach is characterized as quantitative. Data were collected from a questionnaire composed of 16 questions, using a Likert scale of three points where respondents could indicate a degree of agreement and disagreement with the proposed alternatives. After analyzing the data it was concluded that the professional accounting Manhuaçu need to acquire more knowledge in relation to the changes resulting from Law 11.638/07, and with the end result that this professional has a moderate degree of knowledge in relation to International Accounting Standards.

**Keywords:** Professional Accounting, Law 11.638/07; International Accounting Standards.

## RESUMEN

Como consecuencia de la internacionalización de las normas contables proceso de establecimiento en Brasil, contabilidad asumió un papel de gran importancia, como protagonista de contabilidad profesional. Es importante que este profesional esté preparado para acompañar el libro a través de este proceso evolutivo paso. Por lo tanto, el presente estudio tuvo como objetivo evaluar el nivel de conocimientos de contabilidad profesional en relación a las Normas Internacionales de Contabilidad (IFRS) de normalización en la ciudad de Manhuaçu, Minas Gerais. En cuanto a las filas metodología descriptiva, aplicada la técnica de recolección de datos. La muestra estuvo compuesta por la accesibilidad y su enfoque se caracteriza como cuantitativo. Los datos fueron obtenidos a partir de un cuestionario compuesto por 16 preguntas, utilizando una escala Likert de tres puntos en los que los encuestados podían indicar un grado de acuerdo o desacuerdo con las alternativas propuestas. Después de analizar los datos, se concluyó que la contabilidad Manhuaçu profesionales necesitan adquirir más conocimientos en relación a los cambios derivados de la Ley 11.638/07, y con el resultado final de que este profesional tiene un grado moderado de conocimiento en lo que respecta a las Normas Internacionales de Contabilidad.

**Palabras clave:** Contabilidad Profesional; Ley 11.638/07; Normas Internacionales de Contabilidad.

## 1 INTRODUÇÃO

Com o crescimento significativo da economia mundial, a contabilidade agora se encontra diante de novos desafios, quando o aumento dos blocos econômicos tem exigido uma economia aberta e a prática de livre comércio (LEITE, 2002). Assim, o advento das Normas Internacionais de Contabilidade *IFRS* (*International Financial Reporting Standards*) por meio da Lei 11.638/2007 fez com que a contabilidade se posicione no mundo dos negócios utilizando uma linguagem universal e interativa (LUCENA; LEITE; NIYAMA, 2004), tendo o profissional contábil um papel central nesse novo cenário, já que a contabilidade é vista como a principal linguagem dos negócios, pois a partir de sua interpretação serão tomadas as decisões, e agora a nível internacional (NIYAMA, 2007).

Dentro desse contexto, deve-se entender o interesse desses profissionais para o autoconhecimento e a importância do aperfeiçoamento curricular que é interessante tanto para os contadores, como também para as empresas locais. Assim, estas poderão desenvolver e promover atividades mais específicas objetivando maior disseminação do conhecer dos mesmos. Deve-se entender então que o crescimento da profissão está diretamente ligado ao conhecimento e habilidade do profissional em aplicar ferramentas baseadas nas técnicas recentes e transformá-las em oportunidade (FRANCO, 1999), pois a humanidade busca constantemente por melhorias sociais, científicas e tecnológicas, que influenciam diretamente o desenvolvimento da contabilidade e conseqüentemente, do profissional contábil.

Contudo, deve-se considerar que as mudanças ocorridas na contabilidade representam um avanço nos procedimentos contábeis no Brasil (RIBEIRO, 2008). A partir desse novo modelo, passa ser necessária a capacitação do profissional contábil, já que “o atual cenário mundial aponta para uma crescente internacionalização da economia” (ROSA, 1999, p.19), e tal demanda exigirá cada vez mais a capacidade e habilidade desses profissionais a atualizar-se a sua nova realidade (CARDOSO, 2006).

Dessa forma, este trabalho buscou avaliar o grau de conhecimento do profissional contábil em relação às *IFRS* na cidade de Manhuaçu-MG, analisando também os fatores que contribuem para o melhoramento curricular desses profissionais, e conhecer sua aplicabilidade frente a esse processo de preparação.

Baseado nesse contexto tem-se o seguinte problema de pesquisa: Qual o grau de conhecimento do profissional contábil em relação às Normas Internacionais de Contabilidade na cidade de Manhuaçu-MG?

Para melhor compreensão do problema foi aplicado questionário estruturado com 16 afirmativas, utilizando-se o modelo da escala de *Likert* de três pontos (OLIVEIRA *et al*, 2012), onde os entrevistados tiveram que indicar um grau de “concordância” (MALHOTRA, 2006), sendo utilizada a técnica de amostragem por conveniência, onde foram selecionados os elementos a que se teve acesso (GIL, 1999). A análise de dados se caracterizou pela abordagem quantitativa, permitindo recolher um conjunto de elementos com informações variáveis para comparações (BOUDON, 1989).

Com a interpretação dos resultados obtidos a partir das análises realizadas, pode se concluir que o profissional contábil local está diante de um assunto ainda pouco explorado, concluindo que o mesmo possui grau mediano de conhecimento sobre as Normas Internacionais de Contabilidade.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

A economia mundial atual passa por momento de crescimento contínuo, sendo comum a presença de empresas estrangeiras tentando se estabelecer em outros países em busca de novos mercados (SANTOS; SANTOS; SILVA, 2011).

O desenvolvimento tecnológico globalizado desempenhou papel representativo na internacionalização da contabilidade, indo da Era Industrial (século XIX) para a Era da Informação e inovação dos relatórios contábeis, sendo fortemente influenciada pela globalização das informações (FERNANDES *et al.*, 2011).

Durante anos foram observadas divergências entre relatórios, linguagens e tratamento contábeis, e apenas mais tarde, na década de 70 foram criadas duas organizações com papel fundamental de suprimir tais divergências, são elas, o *FASB* (*Financial Accounting Standards Board*) nos EUA e o *IASC* (*International Accounting Standards Committee*) hoje *IASB* (*International Accounting Standards Board*) na Europa, e este último com o objetivo de ser internacional (FERNANDES *et al.*, 2011).

O *IASC*, atualmente *IASB*, o Comitê das Normas Internacionais de Contabilidade, fundado em Junho de 1973, com sede em Londres, é o órgão de maior importância, pois obteve maior sucesso, atualmente possui representantes de 88 países (LUCENA; LEITE; NIYAMA, 2004). Possui como objetivo principal a padronização para orientar e organizar a apresentação das informações contábeis em suas demonstrações (CELLA; RODRIGUES; NIYAMA, 2011).

Sendo o órgão que gerava as Normas Contábeis Internacionais conhecidas também como *IAS* (*International Accounting Standards*) até 2001, posteriormente passou a serem denominados como Normas Internacionais de Relatórios Financeiros ou *IFRS*, abrindo um leque de questões especificamente contábeis e também abrangendo todos os reflexos de temas conceituais das divulgações dos desempenhos operacionais (LEMES; CARVALHO, 2010).

Atualmente as Normas Internacionais de Informações Financeiras (*IFRS* ou *NIIF*), são emitidas pela responsabilidade do *IASB* (DELOITTE, 2009).

O *FASB*, ou conselho de padrões de contabilidade financeira, foi criado em 1972, nos Estados Unidos, produz pronunciamentos técnicos chamados de “padrões” (LUCENA; LEITE; NIYAMA, 2004), possui também um papel de liderança a desempenhar na evolução do sistema de contabilidade internacional, e é guiado pela ideia de que o resultado final seria o uso de um único “corpo” de princípios contábeis de alta qualidade (LEITE, 2002). O *FASB* (2012), afirma que essa padronização é essencial para o funcionamento eficiente da economia global, tendo como principal objetivo estabelecer e melhorar os padrões de contabilidade financeira, contribuindo para a elevação da educação contábil (*FASB*, 2012).

Havendo dois importantes órgãos envolvidos nesse novo contexto mundial, evitando-se divergências nos relatórios, foi aprovado um cronograma que estabelece as diminuições de diferenças entre as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo *IASB* e as normas contábeis do *FASB* até o ano de 2010 (DELOITTE, 2009).

Entre as principais mudanças trazidas a partir da Lei 11.638/07, para as empresas com sede no Brasil, (SANTOS; SANTOS; SILVA, 2010), destaca-se:

- A substituição da DOAR (Demonstração das origens e aplicações de recursos) pela DFC (Demonstração de fluxo de caixa);
- A obrigatoriedade da DVA (Demonstração do Valor Agregado).

Com a resolução nº 1055/05 do CFC, deu-se início à adoção das normas Internacionais no Brasil, juntamente com a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) (CELLA; RODRIGUES; NIYAMA, 2011).

Conhecida também como a Lei das Sociedades por ações, Lei 11.638 tinha o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das Normas Internacionais de Contabilidade (*IFRS*) (PRETTO, 2011). Hoje a contabilidade Internacional consiste em uma importante ferramenta para este processo de unificação das nações, criando transparência e facilidade nos fluxos comerciais, financeiros e também de investimentos entre as mais diversas economias mundiais (SANTOS; SANTOS; SILVA, 2011).

A harmonização das demonstrações contábeis tem o intuito de unificar a contabilidade, usando linguagem única ou o registro de uma mesma operação, onde se estabelece padrão entre os países para facilitar essa identificação (SANTOS; SANTOS; SILVA, 2010). A emissão de uma norma *IFRS* é o ponto culminante de uma série de atividades que se cercam do mais estrito respeito ao conceito de “devido processo” (LEMES; CARVALHO, 2010).

No ano de 2009 foram identificadas as principais diferenças entre a Lei 11.638/07 e os *IFRS*s, conforme demonstra a empresas de auditoria Ernst & Young (2009):

**Quadro 1 – BR GAAP VS. IFRS.**

BR GAAP	IFRS	DIFERENÇAS	BR GAAP ANTES DO CPC
<b>CPC 01</b> Redução ao Valor Recuperável de Ativos	<b>IAS 36</b> Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Nenhuma diferença significativa.	Antes do CPC 01, a CVM exigia que as companhias abertas reduzissem o ativo imobilizado ao seu valor recuperável diante eventos ou circunstâncias que indicassem a existência de uma desvalorização permanente. Entretanto, havia pouca orientação sobre a forma de cálculo dessas reduções, não sendo comum o registro de perdas ao valor recuperável.
<b>CPC 02</b> Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	<b>IAS 21</b> Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio	O CPC 02 possui parágrafos adicionais que tratam da interpretação IFRIC 16 (Proteção de um Investimento Líquido em uma Operação no Exterior). Além disso, o CPC 02 requer expressamente que as controladas consideradas uma “extensão” da controladora utilizem a mesma moeda funcional da controladora.	Antes do CPC 02, o BR GAAP não incluía normas específicas relativas à conversão de demonstrações financeiras elaboradas em moeda funcional que fosse diferente da moeda funcional e da moeda de apresentação das demonstrações financeiras da controladora.  As variações cambiais decorrentes da conversão de controladas estrangeiras eram em geral registradas na demonstração do resultado em vez de conta específica no patrimônio líquido, conforme exigido pelo CPC 02 e IAS 21.
<b>CPC 03</b> Demonstração de Fluxos de Caixa	<b>IAS 7</b> Demonstração de Fluxos de Caixa	O IAS 7 define caixa, equivalentes de caixa como valores com conversibilidade imediata em caixa, considerando-se um vencimento de até três meses para enquadramento nesta definição.  O CPC 03 não define o que seria considerado “conversibilidade imediata”, mas exige que as companhias	Antes do CPC 03, o BR GAAP exigia a apresentação da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR).  Embora não fosse obrigatória, a Demonstração dos Fluxos de Caixa era considerada informação complementar e, de modo geral, divulgada pelas companhias abertas.

		divulguem seus critérios para definição de caixa e equivalentes de caixa.	
<b>CPC 04</b> Ativo Intangível	<b>IAS 38</b> Ativo Intangível	Nenhuma diferença significativa.	Antes do CPC 04, não havia normas específicas referentes ao ativo intangível no Brasil. No entanto, o conceito de ativo diferido, segundo o BR GAAP, permitia que as empresas capitalizassem despesas pré-operacionais e custos de pesquisa e desenvolvimento. De acordo com o CPC 04, muitos desses montantes deixaram de ser capitalizáveis.
<b>CPC 05</b> Divulgação sobre Partes Relacionadas	<b>IAS 24</b> Divulgação sobre Partes Relacionadas	Nenhuma diferença Significativa.	Antes do CPC 05, eram exigidas das companhias abertas algumas divulgações sobre partes relacionadas.
<b>CPC 06</b> Operações de Arrendamento Mercantil	<b>IAS 17</b> Arrendamento Mercantil	As interpretações IFRIC 4 (Identificação de Operações de Arrendamento Mercantil em Contratos) e SIC 27 (Avaliação da Essência sobre a Forma em Transações de Arrendamento Mercantil) ainda não foram adotadas para fins de BR GAAP	Antes do CPC 06, todas as operações de arrendamento eram normalmente contabilizadas como arrendamento operacional, sendo as respectivas despesas reconhecidas no vencimento de cada prestação. A divulgação sobre operações de arrendamento era limitada.
<b>CPC 07</b> Subvenção e Assistência Governamentais	<b>IAS 20</b> Contabilização de Subvenções Governamentais e Divulgação de Assistência Governamental	O CPC 07 inclui exemplos específicos à realidade brasileira, uma vez que os subsídios governamentais são comuns e assumem diferentes formas no Brasil.	Antes do CPC 07, os subsídios governamentais eram em geral creditados ao patrimônio líquido em vez de ser levados a resultado imediatamente ou ao longo do tempo, conforme o caso.
<b>CPC 10</b> Pagamento Baseado em Ações	<b>IFRS 2</b> Pagamento Baseado em Ações	A interpretação IFRIC11 (Transações com Ações Intragrupo e em Tesouraria) ainda não foi adotada para fins de BR GAAP.	Antes do CPC 10, não eram reconhecidos quaisquer valores a título de opções de ações. Algumas divulgações, no entanto, eram exigidas das companhias abertas.
<b>CPC 11</b> Contratos de Seguro	<b>IFRS 4</b> Contratos de Seguro	Nenhuma diferença significativa.	O CPC 11 passa a vigorar apenas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010. A Susep (órgão regulador do mercado de seguros no Brasil) está considerando o impacto das mudanças nas seguradoras.

Fonte: Ernst & Young (2009, p.6). Adaptado pela autora.

Contudo, a harmonização das Normas Internacionais de Contabilidade passou a ser uma necessidade global, na medida em que as relações comerciais internacionais se tornaram frequentes para inúmeros países (SANTOS; SANTOS; SILVA, 2011).

## 2.2 O PROFISSIONAL CONTÁBIL

Por volta de 1773 com a chegada da Revolução Industrial houve a necessidade do surgimento de especialistas em contabilidade (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999). E foi em 1946 com o Decreto-Lei nº 9.295 que surgiu o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os

Conselhos Regionais de Contabilidade (CRC), responsáveis por fiscalizar e organizar a classe contábil (SANTOS *et al.*, 2011).

A profissão contábil deu um grande salto na história, nota-se a existência de uma transformação na profissão, que evidencia a importância do profissional dentro de uma organização (PRETTO, 2011). Com a abertura das fronteiras comerciais entre os países, as empresas vivem um momento de alta competitividade e diminuição de suas margens de lucro, os empresários buscam informações que os auxiliem na tomada de decisões mais seguras.

A partir das mudanças trazidas pela Lei 11.638, os contadores deverão diariamente atualizar-se as novas realidades e exigências, antes únicas em seus países, passando, mesmo a competir e acompanhar questões de todo o mundo (CARDOSO, 2006). Dentro desse contexto, é perceptível que o crescimento da profissão se deve as mudanças ocorridas no ambiente empresarial, econômico e social (FRANCO, 1999). A partir dos novos acontecimentos o profissional contábil se depara com a necessidade de ter uma linguagem contábil comum que permita que a contabilidade forneça informações objetivas e legíveis em qualquer lugar do mundo, sabendo traduzir os fatos de maneira esclarecedora.

Nesse novo cenário de evolução dos negócios mundiais, nota-se a existência de grandes fluxos de capital, seja financeiro, humano ou intelectual (SOUZA; COUTINHO FILHO, 2007). E com o crescimento econômico mundial, as exigências de profissionais qualificados para o exercício do trabalho, se tornaram de caráter comum, uma vez que a capacitação dos contadores está sendo solicitada, para que façam frente às demandas geradas pela sociedade (CARDOSO, 2006).

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa apresenta cunho descritivo, uma vez que visa observar, registrar, analisar e classificar os fatos (GIL, 2008) onde também são descritas as características de determinada população ou fenômeno, estabelecendo relações entre variáveis, descrevendo e analisando os fatores objetivando estudar as características de um determinado grupo (BERTUCCI, 2009).

Trata-se, ainda, de pesquisa bibliográfica, por ser desenvolvida a partir de material já elaborado, sendo utilizados livros e artigos científicos. Foi utilizada a técnica de levantamento de dados, por se caracterizar pela solicitação direta de informações a um determinado grupo de pessoas e, onde os documentos apresentados são tratados como ricas fontes de dados (GIL, 2008).

A abordagem do problema caracterizou-se como quantitativa, por empregar instrumento estatístico na coleta e no tratamento das informações, permitindo recolher um conjunto de elementos com informações variáveis para comparações (BOUDON, 1989). Tendo como objetivo descrever por meio de um modelo matemático a relação entre duas variáveis, partindo ambas de várias observações, definiu-se X como variável independente e Y variável dependente (CRESPO 2002). Para Beuren (2004) é muito comum à utilização de pesquisas quantitativas em estudos de levantamento de dados, pois existe a tentativa de entender a partir de uma determinada amostra o comportamento de uma população.

A amostra se deu por acessibilidade, conhecida também como amostra por conveniência, onde são selecionados os elementos que se tem acesso e possui caráter não probabilística (MALHOTRA, 2006), e no caso presente, a composição deu-se pelos profissionais de contabilidade dos escritórios da cidade de Manhuaçu/MG.

Para identificação do grau de conhecimento dos profissionais contábeis alvo do trabalho, utilizou-se estatisticamente a distribuição de frequência normal, desvio padrão e o coeficiente de variação.

As informações foram coletadas a partir da aplicação de questionário, instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas (GIL, 2008), aplicando-se o maior número possível de questionários, entre os meses de agosto e setembro de 2012. O questionário foi estruturado com 16 questões, de fácil compreensão, utilizando o modelo da escala *Likert* de três pontos (OLIVEIRA *et al*, 2012), onde os entrevistados tiveram que indicar um grau de “concordância ou discordância”, (MALHOTRA, 2006). As notas de 1 a 3 foram definidas como: 1- Não Concordo, 2- Indiferente e 3- Concordo.

### 3.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Foi aplicado um total de 89 questionários para os profissionais contábeis atuantes em Manhuaçu–MG, sendo que deste total, 87 foram devidamente preenchidos e validados para fins de análise. A partir dos dados elaborou-se análise das distribuições de frequência com a finalidade de observar o número de respostas satisfatórias em relação ao grau de conhecimento dos profissionais contábeis, em relação às mudanças ocorridas com o advento da Lei n.º 11.638/07. Inicialmente observou-se no perfil dos entrevistados que 53% são homens com idades entre 18 e 55 anos e 47% são mulheres entre 18 e 49 anos, ressaltando que 58% dos entrevistados possuem formação superior em Ciências Contábeis, 13% possuem formação técnica e 29% foram classificados como possuidores de outras formações. Deve-se observar ainda que os questionários foram respondidos por pessoas que trabalham em escritórios de contabilidade ou estão diretamente ligadas à profissão. As questões foram analisadas individualmente, representadas nas tabelas a seguir:

**Tabela 1 – A lei 11.638/07 obrigou as empresas de capital aberto a apresentar seus demonstrativos a partir de 2008**

Rótulo de Valor	Frequência	(%)	(%) Cumulativa
<b>1- Não Concordo</b>	<b>26</b>	<b>30</b>	<b>30</b>
<b>2 – Indiferente</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>37</b>
<b>3 – Concordo</b>	<b>55</b>	<b>63</b>	<b>100</b>
<b>Total</b>	<b>87</b>		
<b>Desvio padrão</b>	<b>24,64</b>		

Fonte: elaborado pelos autores baseado nos dados da pesquisa.

Percebe-se que 30% dos entrevistados não concordaram com a afirmativa proposta na questão 1, em contrapartida 63% concordaram com a mesma, sendo essa uma falsa afirmativa, pois a Lei n.º 11.638 obriga que as sociedades anônimas de capital aberto, bem como, sociedades anônimas de capital fechado e limitadas de grande porte com ativo superior a R\$ 240 milhões ou faturamento bruto anual acima de R\$ 300 milhões, apresentem seus demonstrativos conforme as práticas contábeis internacionais previstas em seu texto e não apenas as companhias de capital aberto.

**Tabela 2 - As operações de incorporação, fusão e cisão devem ser registradas a valores contábeis.**

Rótulo de Valor	Frequência	(%)	(%) Cumulativa
<b>1- Não Concordo</b>	<b>20</b>	<b>23</b>	<b>23</b>
<b>2 – Indiferente</b>	<b>11</b>	<b>13</b>	<b>36</b>
<b>3 – Concordo</b>	<b>56</b>	<b>64</b>	<b>100</b>
<b>Total</b>	<b>87</b>		

**Desvio padrão** **23,81**

Fonte: elaborado pelos autores baseado nos dados da pesquisa

Com desvio padrão de 23,81, 23% dos entrevistados acertaram a questão 02, observando que muitos não souberam diferenciar valor de mercado e valor contábil. Entende-se que valor de mercado é aquele que pode ser considerado para que o ativo possa ser vendido, e já o valor contábil é aquele apurado pela contabilidade desde o princípio, desenvolvido a partir do custo histórico (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2010).

**Tabela 3 - A lei 11.638/2007 condiz às sociedades por ações, sendo alterações e revogações referentes à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras, válida somente para as empresas de capital aberto.**

Rótulo de Valor	Frequência	(%)	(%) Cumulativa
<b>1- Não Concordo</b>	<b>39</b>	<b>45</b>	<b>45</b>
<b>2 - Indiferente</b>	<b>16</b>	<b>18</b>	<b>63</b>
<b>3 - Concordo</b>	<b>32</b>	<b>37</b>	<b>100</b>
<b>Total</b>	<b>87</b>		
<b>Desvio padrão</b>	<b>11,79</b>		

Fonte: elaborado pelos autores baseado nos dados da pesquisa.

Na questão 03, com acertos que representaram 45%, os entrevistados discordaram da afirmativa proposta, sendo esta uma afirmativa falsa, pois não se trata apenas das companhias de capital aberto.

**Tabela 4- Com a regularização das normas internacionais e a lei 11.638/07 o ativo permanente se divide em: investimentos, ativo imobilizado, intangível e ativo diferido.**

Rótulo de Valor	Frequência	(%)	(%) Cumulativa
<b>1- Não Concordo</b>	<b>24</b>	<b>28</b>	<b>28</b>
<b>2 - Indiferente</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>38</b>
<b>3 - Concordo</b>	<b>54</b>	<b>62</b>	<b>100</b>
<b>Total</b>	<b>87</b>		
<b>Desvio padrão</b>	<b>22,91</b>		

Fonte: elaborado pelos autores baseado nos dados da pesquisa.

Observa-se que os acertos foram de 28% na questão 04, 10% não souberam responder e 62% concordaram com a afirmativa. O Ativo passou a ser dividido em: Investimentos, ativo imobilizado e intangível e ativo diferido, lembrando que agora não há mais o ativo permanente e sim ativo não circulante composto por ativo realizável a longo prazo.

**Tabela 5- A conta lucros acumulados continuará existindo como contrapartida da conta resultado do exercício, das reservas de lucros (legal, estatutário, de lucros a realizar, de incentivos fiscais e outras) e da distribuição de dividendos, esta conta só não poderá ficar com saldo positivo no balanço.**

Rótulo de Valor	Frequência	(%)	(%) Cumulativa
<b>1- Não Concordo</b>	<b>36</b>	<b>42</b>	<b>42</b>
<b>2 - Indiferente</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>53</b>
<b>3 - Concordo</b>	<b>41</b>	<b>47</b>	<b>100</b>
<b>Total</b>	<b>87</b>		
<b>Desvio padrão</b>	<b>16,64</b>		

Fonte: elaborado pelos autores baseado nos dados da pesquisa.

A questão 05 obteve 47% de acertos, 42% de erros e 11% dos entrevistados foram indiferentes à questão.

**Tabela 6 - Os passivos devem ser avaliados de acordo com o princípio da prudência, acrescidos de todos os encargos, juros, multas, correções e variações cambiais e para o passivo de longo prazo serão ajustados ao seu valor presente e também para passivo circulante quando houver efeito relevante.**

Rótulo de Valor	Frequência	(%)	(%) Cumulativa
<b>1- Não Concordo</b>	<b>17</b>	<b>19</b>	<b>19</b>
<b>2 - Indiferente</b>	<b>18</b>	<b>21</b>	<b>40</b>
<b>3 - Concordo</b>	<b>52</b>	<b>60</b>	<b>100</b>
<b>Total</b>	<b>87</b>		
<b>Desvio padrão</b>	<b>19,92</b>		

Fonte: elaborado pelos autores baseado nos dados da pesquisa.

Na questão 06 60% dos entrevistados acertaram, 19% erraram e 21% foram indiferentes, pois a mesma se tratava de afirmativa verdadeira.

**Tabela 7- A classificação dos ativos, para fins fiscais, não é a mesma para fins contábeis.**

Rótulo de Valor	Frequência	(%)	(%) Cumulativa
<b>1- Não Concordo</b>	<b>44</b>	<b>51</b>	<b>51</b>
<b>2 - Indiferente</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>61</b>
<b>3 - Concordo</b>	<b>34</b>	<b>39</b>	<b>100</b>
<b>Total</b>	<b>87</b>		
<b>Desvio padrão</b>	<b>18,03</b>		

Fonte: elaborado pelos autores baseado nos dados da pesquisa.

Percebe-se que 51% dos entrevistados acertaram a resposta não concordando com a afirmativa proposta na questão, observando que 39% erraram. Isso demonstra que existem dúvidas relacionadas à classificação dos ativos, pois com a Lei 11.638/07 a classificação dos ativos é a mesma tanto para fins fiscais, quanto para fins contábeis.

**Tabela 8- Contas como marcas, patentes, concessões, direitos autorais e não autorais, a partir da lei 11.638, serão classificadas no novo grupo, ativo intangível.**

Rótulo de Valor	Frequência	(%)	(%) Cumulativa
<b>1- Não Concordo</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
<b>2 - Indiferente</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>12</b>
<b>3 - Concordo</b>	<b>76</b>	<b>88</b>	<b>100</b>
<b>Total</b>	<b>87</b>		
<b>Desvio padrão</b>	<b>40,85</b>		

Fonte: elaborado pelos autores baseado nos dados da pesquisa.

Com desvio padrão de 40,85, observa-se que 88% dos entrevistados acertaram a afirmativa proposta na questão 08, pois os intangíveis só deverão ser reconhecidos após atenderem a três pontos: identificação, controle e geração de benefícios econômicos futuros (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2010).

**Tabela 9- A reavaliação de ativos continua com o mesmo tratamento.**

Rótulo de Valor	Frequência	(%)	(%) Cumulativa
<b>1- Não Concordo</b>	<b>57</b>	<b>66</b>	<b>66</b>
<b>2 - Indiferente</b>	<b>15</b>	<b>17</b>	<b>83</b>
<b>3 - Concordo</b>	<b>15</b>	<b>17</b>	<b>100</b>
<b>Total</b>	<b>87</b>		
<b>Desvio padrão</b>	<b>24,25</b>		

Fonte: elaborado pelos autores baseado nos dados da pesquisa.

Na afirmativa 09, houveram acertos de 66% . A reavaliação assegura que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior possível de ser recuperado por uso ou vendas futuras (SOUZA; COUTINHO FILHO, 2007).

**Tabela 10 - A classificação dos passivos, para fins fiscais, é a mesma que para fins societários.**

Rótulo de Valor	Frequência	(%)	(%) Cumulativa
<b>1- Não Concordo</b>	<b>29</b>	<b>33</b>	<b>33</b>
<b>2 - Indiferente</b>	<b>21</b>	<b>24</b>	<b>57</b>
<b>3 - Concordo</b>	<b>37</b>	<b>43</b>	<b>100</b>
<b>Total</b>	<b>87</b>		
<b>Desvio padrão</b>	<b>8</b>		

Fonte: elaborado pelos autores baseado nos dados da pesquisa.

Com 43% de acertos na afirmativa proposta na questão 10, ressalta-se que após o advento da Lei 11.638/07 a classificação do passivo continuou a mesma para fins fiscais e também societários.

**Tabela 11- A DOAR continua sendo uma demonstração obrigatória.**

Rótulo de Valor	Frequência	(%)	(%) Cumulativa
<b>1- Não Concordo</b>	<b>65</b>	<b>75</b>	<b>75</b>
<b>2 - Indiferente</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>83</b>
<b>3 - Concordo</b>	<b>15</b>	<b>17</b>	<b>100</b>
<b>Total</b>	<b>87</b>		
<b>Desvio padrão</b>	<b>31,43</b>		

Fonte: elaborado pelos autores baseado nos dados da pesquisa.

Percebe-se que 75% dos entrevistados acertaram a afirmativa proposta na questão 11, no entanto um total de 17% erraram, pois a DOAR foi substituída pela elaboração e publicação dos fluxos de caixa (DFC). Ressaltando que para Marion (2008, p. 473), a DFC é mais bem compreendida que a DOAR, por visualizar melhor o fluxo dos recursos financeiros.

**Tabela 12 - Somente as companhias de capital aberto são obrigadas a publicar a DVA.**

Rótulo de Valor	Frequência	(%)	(%) Cumulativa
<b>1- Não Concordo</b>	<b>36</b>	<b>41</b>	<b>41</b>
<b>2 - Indiferente</b>	<b>13</b>	<b>15</b>	<b>56</b>
<b>3 - Concordo</b>	<b>38</b>	<b>44</b>	<b>100</b>
<b>Total</b>	<b>87</b>		
<b>Desvio padrão</b>	<b>13,89</b>		

Fonte: elaborado pelos autores baseado nos dados da pesquisa.

Na afirmativa 12, 44% dos entrevistados acertaram, 15% não souberam responder e 41% erraram a questão proposta, demonstrando que existem dúvidas relacionadas à Demonstração de Valor Agregado (DVA). A apresentação desta demonstração é obrigatória para as companhias abertas.

**Tabela 13- Os bens de comodato não mais serão registrados no ativo imobilizado.**

Rótulo de Valor	Frequência	(%)	(%) Cumulativa
<b>1- Não Concordo</b>	<b>24</b>	<b>28</b>	<b>28</b>
<b>2 - Indiferente</b>	<b>25</b>	<b>28</b>	<b>56</b>
<b>3 - Concordo</b>	<b>38</b>	<b>44</b>	<b>100</b>
<b>Total</b>	<b>87</b>		
<b>Desvio padrão</b>	<b>7,81</b>		

Fonte: elaborado pelos autores baseado nos dados da pesquisa.

Percebe-se que 28% dos entrevistados não souberam responder a afirmativa proposta na questão 13, já 44% dos entrevistados discordaram e apenas 28% acertaram a afirmativa, que sim, é uma afirmativa verdadeira. Os bens de comodato poderão ser registrados desde que a empresa observe as seguintes situações: não há cláusulas de devolução no contrato, com prazo definido ou não; a manutenção é toda da entidade que detém o imobilizado; esta entidade possui controle total sobre tal imobilizado, detém seus riscos e benefícios e pode utilizá-lo para prestar serviços a qualquer cliente.

**Tabela 14- O IFRS é obrigatório apenas para as companhias de capital aberto por intermédio de seus demonstrativos consolidados.**

Rótulo de Valor	Frequência	(%)	(%) Cumulativa
<b>1- Não Concordo</b>	<b>24</b>	<b>28</b>	<b>28</b>
<b>2 - Indiferente</b>	<b>28</b>	<b>32</b>	<b>60</b>
<b>3 - Concordo</b>	<b>35</b>	<b>40</b>	<b>100</b>
<b>Total</b>	<b>87</b>		
<b>Desvio padrão</b>	<b>5,57</b>		

Fonte: elaborado pelos autores baseado nos dados da pesquisa.

Com desvio padrão de 5,57, 28% dos entrevistados acertaram a afirmativa 14, 32% foram indiferentes à questão e 40% erraram, levando em consideração que a Lei 11.638/07 não obriga apenas as companhias de capital aberto, mas sim todas com faturamento bruto anual acima de R\$ 300 milhões ou ativo superior a R\$ 240 milhões.

**Tabela 15- As depreciações deverão ser apuradas com base na vida útil dos ativos, e não mais com base nas taxas fiscais.**

Rótulo de Valor	Frequência	(%)	(%) Cumulativa
<b>1- Não Concordo</b>	<b>11</b>	<b>13</b>	<b>13</b>
<b>2 - Indiferente</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>22</b>
<b>3 - Concordo</b>	<b>68</b>	<b>78</b>	<b>100</b>
<b>Total</b>	<b>87</b>		
<b>Desvio padrão</b>	<b>33,81</b>		

Fonte: elaborado pelos autores baseado nos dados da pesquisa.

Observa-se que 78% dos entrevistados acertaram a questão, 13% erraram e 9% foram indiferentes.

**Tabela 16- A entidade deve divulgar os fluxos de caixa das atividades operacionais, usando: o método direto, segundo o qual as principais classes de recebimentos brutos e desembolsos brutos são divulgados.**

Rótulo de Valor	Frequência	(%)	(%) Cumulativa
<b>1- Não Concordo</b>	<b>24</b>	<b>28</b>	<b>28</b>
<b>2 - Indiferente</b>	<b>32</b>	<b>36</b>	<b>64</b>
<b>3 - Concordo</b>	<b>31</b>	<b>36</b>	<b>100</b>
<b>Total</b>	<b>87</b>		
<b>Desvio padrão</b>	<b>4,36</b>		

Fonte: elaborado pelos autores baseado nos dados da pesquisa.

Percebe-se que na afirmativa 16 houve certa igualdade nos resultados. Com desvio padrão de 4,36, 36% erraram, outros 36% foram indiferentes e 28% acertaram, pois são usados os métodos direto e indireto. O Método Indireto é aquele onde se parte do lucro líquido do período e se o ajusta até se obter o caixa das operações, Já o Método Direto é aquele onde as entradas e saídas referentes às operações aparecem pelos seus valores totais realizados, ou seja, mostra a efetiva movimentação de dinheiro.

### 3.3 Resumo dos dados

Para melhor compreensão dos resultados, foi desenvolvida tabela com totais de média, desvio padrão e coeficiente de variação, para acertos, indiferenças e erros totais.

**Tabela 17- Resumo dos dados.**

Questão	Acerto	Indiferente	Erro	Total
1	26	6	55	87
2	20	11	56	87
3	39	16	32	87
4	24	9	54	87
5	41	10	36	87
6	52	18	17	87
7	44	9	34	87
8	76	9	2	87
9	57	15	15	87
10	37	21	29	87
11	65	7	15	87
12	38	13	36	87
13	24	25	38	87
14	24	28	35	87
15	68	8	11	87
16	24	32	31	87
<b>Total</b>	<b>659</b>	<b>237</b>	<b>496</b>	
<b>Média</b>	<b>41,19</b>	<b>14,81</b>	<b>31</b>	
<b>Desvio padrão</b>	<b>17,83</b>	<b>7,96</b>	<b>15,93</b>	
<b>Coeficiente de Variação</b>	<b>43,3%</b>	<b>53,7%</b>	<b>51,2%</b>	

Fonte: elaborado pela autora baseado nos dados da pesquisa.

A média aritmética, também conhecida como média é a medida de tendência central, que auxilia na localização de um ponto central dentro de um conjunto de dados ordenados segundo suas grandezas. Assim, observa-se que a média de acertos foi superior em 10,19 comparada a média de erros. Já o desvio padrão por sua vez é um parâmetro muito utilizado em estatística que indica o grau de variação de um conjunto de elementos, avaliando o modo como os dados atuam em torno da média, e o coeficiente de variação é a estatística utilizada quando se deseja comparar a variação de conjuntos de observações que diferem na média ou são medidos em grandezas diferentes, representa também uma medida relativa de variação, medindo a dispersão dos dados em relação à média (LEVINE *et al*, 2005).

Neste sentido, observa-se a significância estatística encontrada. Percebe-se que os acertos tiveram média de 41,19 e dispersão com coeficiente de variação de 43,3%. Em contrapartida têm-se os erros com média 31 e coeficiente de variação de 51,2%, indicando que quanto menor o coeficiente de variação, maior a quantidade de acertos, ou seja, respostas favoráveis ao conhecimento do entrevistado. Dessa forma, se for analisado o intervalo entre a média e o desvio padrão para os acertos, tem-se 23,36 a 59,02, o que significa que apenas a resposta da questão 02 pode ser considerada como insatisfatória, pois sua frequência foi menor que o intervalo entre a media menos o desvio padrão. Entretanto as respostas das questões 08, 11 e 15 se posicionaram além do intervalo entre média mais desvio, o que significa um alto grau de conhecimento, e as demais questões permaneceram dentro do intervalo, o que significa um grau mediano de conhecimento.

Como o desvio padrão é também um medidor de grau e, assumindo que baixo desvio padrão indica que os dados tendem a estar próximos da média e ainda, desvio padrão alto indica que os dados estão espalhados, dispersos por uma gama de valores (CRESPO, 2002), tem-se acertos de 17,83, indiferenças de 7,96 e erros de 15,93 de desvio padrão total, concluindo-se então que a variabilidade de acertos foi maior que a de erros. No entanto, se observar os erros juntamente com as indiferenças será obtido desvio padrão de 23,89, o que resulta uma maior variabilidade em relação aos acertos.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lei 11.638/07 teve como objetivo central atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência entre a prática contábil brasileira e as normas internacionais de contabilidade (IFRS), sendo necessário que o profissional contábil conheça essas novas mudanças, pois não basta atender somente as necessidades práticas, mas também deve possuir dinamismo e capacidade de aprendizagem ampla, independentemente da área onde este profissional está inserido (PRETTO, 2011). A profissão contábil está passando por mudanças no qual a fase mecânica é substituída pela técnica e informação (MARION, 2008).

O profissional que pretende se destacar deve estar no centro e na liderança deste processo de mudanças, pois do contrario, poderá ser substituído por outro com maior conhecimento (NASI, 1994). Ressaltando que para Marion (2008) o contador deve ser o profissional mais bem informado da empresa, pois ele também necessita conhecer e atender as expectativas voltadas às habilidades empreendedoras (PRETTO, 2011).

Deste modo, a presente pesquisa teve como principal objetivo avaliar o grau de conhecimento do profissional contábil em relação às normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) na cidade de Manhuaçu-MG, através de aplicação de questionário para uma determinada quantidade de profissionais a que se teve acesso. Por fim, buscou-se identificar a percepção dos respondentes, utilizando o desvio padrão como medidor de grau, verificando-se que houve maior desvio nos acertos (17,83) do que para os erros (15,93). Entretanto, os erros juntamente com as indiferenças (7,96) resultaram maior dispersão, o que levou a interpretação de que os acertos tiveram desvio padrão baixo, significando maior proximidade da média.

Pela análise e interpretação realizada, percebeu-se uma discrepância considerável em relação aos entrevistados sobre as IFRS. Entretanto, é evidente que o grau de conhecimento dos profissionais contábeis locais se encontra em um nível mediano de interpretação das IFRS's.

Sobretudo, salienta-se que o resultado desta pesquisa contém limitações tais como o receio de alguns profissionais em responder ao questionário, os chamados vieses que se tratam de erros que podem afetar a validade interna de um estudo, podendo acontecer por dois motivos: consentimento que leva o indivíduo a mudar de acordo com a situação de um determinado momento e quando se evita respostas que acreditam ser negativas, e o desejo social, usado para causar uma boa impressão. Ressalta-se também a utilização de amostra por acessibilidade, o que significa que não é representativo da população (MALHOTRA, 2006), deixando como sugestão de pesquisas futuras a utilização de amostra probabilística sobre o tema, para obter análise minuciosa e segura, podendo também realizar o tratamento dos dados a partir da análise de regressão.

## REFERÊNCIAS

- BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade, teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2004.
- BERTUCCI, Janete Lara de O. **Metodologia básica para elaboração de trabalhos de conclusão de cursos**. São Paulo: Atlas, 2009.
- BOUDON, Raymond. **Os métodos em sociologia**. São Paulo: Ática, 1989.
- CARDOSO, Ricardo Lopes. **Competências do contador: um estudo empírico**. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado em Contabilidade) – Departamento de Contabilidade. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-03042007-100732/pt-br.php>>. Acesso em: 21 abr. 2012.
- CELLA, Gilson; RODRIGUES, Jomar Miranda; NIYAMA, Jorge Katsumi. Contabilidade Internacional - análise dos periódicos internacionais sobre pesquisas em educação contábil face à convergência e globalização. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 8, n.15, p.177-198, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br>>. Acesso em: 21 abr. 2012.
- CRESPO, Antônio Arnot. **Estatística Fácil**. 18º ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- DELOITTE. **Normas Internacionais de Contabilidade IFRS**. 1º ed. – 3. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.
- ERNST & YOUNG. **BR GAAP vs. IFRS Visão Geral**. 2009. Disponível em: <[http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/BR\\_GAAP\\_vs\\_IFRS\\_Visao\\_Geral/\\$FILE/BRGAAPxIFRS.pdf](http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/BR_GAAP_vs_IFRS_Visao_Geral/$FILE/BRGAAPxIFRS.pdf)>. Acesso em: 21 abr. 2012.
- FASB – FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. **Facts about FASB**. Disponível em: <<http://www.fasb.org>>. Acesso em: 20 abr. 2012.
- FERNANDES, Bruno Vinicius R.; LIMA, Diogo H. Silva; VIEIRA, Eduardo Tadeu;
- NIYAMA, Jorge Katsumi. **Análise da percepção dos docentes dos cursos de graduação em ciências contábeis do Brasil quanto ao processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade aplicadas no Brasil**. Revista de Contabilidade e Controladoria, v. 3, n. 3, p. 24-50, set./dez. 2011.

- FRANCO, Hilário. **A Contabilidade na era da Globalização**: temas discutidos no XV Congresso Mundial de Contadores, Paris, de 26 a 29/10/1997. São Paulo, Atlas, 1999.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MOURA, Rafael M. **O Profissional Contábil diante das convergências das Normas Contábeis**: Análise da Preparação desse Profissional nos Processos Organizacionais. 2011. Disponível em: <<http://www.aedb.br/seget/artigos11/34414349.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2012.
- HENDRIKSEN, Edson S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.
- IUDÍCIBUS, Sergio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade Societária**: Aplicável às demais Sociedades de acordo com as Normas Internacionais e do CPC. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- LEITE, Joubert da S. J. Normas Contábeis Internacionais – uma visão para o futuro. **Revista Brasileira de Contabilidade**, n. 136, p. 85-97, jul./agos. 2002.
- LEMES, Sirlei; CARVALHO, Nelson L. **Contabilidade Internacional para Graduação**. São Paulo: Atlas, 2010.
- LEVINE, David M.; STEPHAN, David; KREHBIEL, Timothy C.; BERENSON, Mark L. **Estatística: Teoria e aplicações** – Usando Microsoft Excel em português. Rio de Janeiro: LTC, 2005.
- LUCENA, Wenner Gláucio L.; LEITE, Daniela Cintia de C.; NIYAMA, Jorge K. **Contabilidade Internacional e os desafios da harmonização mundial**. Veredas Favip. Caruaru, v. 1, n. 1, p. 33-41, jan./jun. 2004. Disponível em: <<http://veredas.favip.edu.br/index.php/veredas/rt/metadata/5/4>>. Acesso em: 12 ago. 2012.
- MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada** / Naresh Malhotra; tradução Laura Bocco. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.
- MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 13º ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- NASI, Antônio Carlos. **A Contabilidade como Instrumento de Informações, Decisão e Controle da Gestão**. Revista Brasileira de Contabilidade, ano 23. n. 77, p. 05-08, abril/junho 1994.
- NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade Internacional**. 1. ed. 4. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.
- OLIVEIRA, Maria do S. S. de; ALMEIDA, Suênia Graziella O. de; LAGIOIA, Umbelina C. T.; ARAÚJO, Juliana G. de. Convergência da **Contabilidade Brasileira aos Padrões Internacionais**: Um Estudo Comparativo entre Contabilistas e Docentes. 9º Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos122012/68.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2012.
- PRETTO, Anelise. **O perfil do Profissional Contábil do Século XXI e suas adaptações às IFRS**. 2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/34893>>. Acesso em: 12 ago. 2012.
- Resolução CFC nº 1121, de 28 de março de 2008**. Disponível em: <[http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES\\_1121.doc](http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1121.doc)>. Acesso em: 12 ago. 2012.
- RIBEIRO, Osni Moura. **Demonstrações Financeiras**: mudanças na Lei das Sociedades por ações: como era e como ficou. São Paulo, 2008.

ROSA, Paulo Moreira da. **A contabilidade no Mercosul**. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, Ivan P.; SANTOS, Randerson dos; SILVA, Tatiana S. **Contabilidade Internacional aplicado às médias e pequenas empresas**. 2011. Disponível em: <<http://www.semanaacademica.org.br/contabilidade-internacional-aplicada-medias-e-pequenas-empresas>>. Acesso em: 12 ago. 2012.

SOUZA, Alan Ap. S.; COUTINHO FILHO, Fernando Batista. Harmonização Internacional: **Um Estudo Sobre as Dificuldades de Convergência das Normas Contábeis Brasileiras em Relação às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS)**. 7º Congresso de Controladoria e Contabilidade 2007. São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2007.

STEVENSON, Willian J. **Estatística aplicada à administração**. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1981.